

NA FILA PELA SOBREVIVÊNCIA

Cibelle Colmanetti
Especial para o **Correio**

Mais de 400 transplantes de rim realizados desde outubro de 1982. Em números exatos, 410 cirurgias nos últimos 15 anos. Só no ano passado, foram 45. O Hospital de Base (HBDF) comemora hoje a marca que colocou o Distrito Federal em primeiro lugar no ranking brasileiro de transplantes proporcionais ao total de habitantes. Ainda assim, 609 pessoas esperam por um novo órgão em uma fila que aumenta a cada mês.

São aproximadamente 18 pacientes com problemas renais crônicos entrando em tratamento de diálise mensalmente. Em média, nove morrem no mesmo período. Seriam necessárias mais de cem operações anuais, o dobro da situação atual, para manter uma demanda equilibrada.

Segundo o médico Vilber de Oliveira Bello, chefe da Unidade de Transplantes Renais do HBDF, apenas 30% das famílias, cujos filhos, irmãos ou pais não podem sobreviver sem a ajuda de máquinas que façam o trabalho do cérebro, se recusam a doar os órgãos. Apesar da

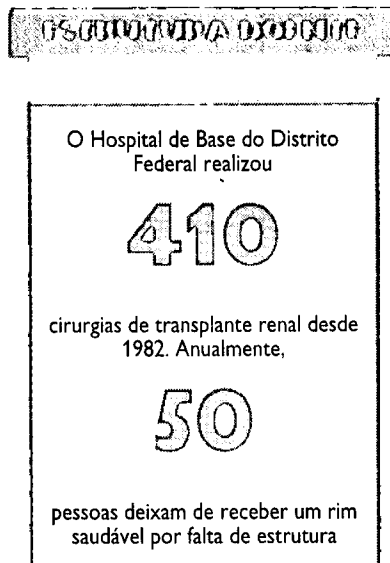
maioria aceitar a doação, a aflição do doentes crônicos perdura.

O índice é ratificado por João Batista Teixeira Pinto, coordenador da Central de Captação de Órgãos do Distrito Federal. "Nossas taxas de negativas são semelhantes às dos países do Primeiro Mundo. E isso com todas as dificuldades que afligem a saúde em Brasília e no Brasil", afirma.

Os dados constatados forçam a reflexão a respeito da Lei 9.434 de fevereiro de 1997, que torna todos os brasileiros doadores presumidos de órgãos, exceto se gravarem nas carteiras de identidade ou de habilitação desejo contrário. Regulamentada pelo Decreto 2.268 de junho passado, a lei está sendo questionada. "Temos doador, o que não dispomos é de meios para fazer mais transplantes", insiste Vilber. E completa: "continuaremos consultando os familiares mesmo depois de dezembro, quando a lei passa a valer realmente".

ÓRGÃO PERDIDOS

Anualmente, 50 pessoas deixam de receber rins saudáveis por uma questão de estrutura, ou de sua inadequação. Não há espaço físico, equipamentos e, principalmente, pessoal —



nefrologistas, anestesistas e enfermeiros — suficientes para aumentar as intervenções cirúrgicas no hospital.

Toda terça-feira, o centro cirúrgico é reservado para os transplantes renais com doadores vivos. Na teoria, seriam 52 por ano, número já superior à média de 50, sem contar com as doações de indivíduos com morte cerebral. O problema são as outras demandas do HBDF, estabelecendo uma espécie de competição

entre cirurgias neurológicas, cardíacas e para a retirada de tumores. "Fazemos o máximo que podemos e é muito. Nossa capacidade está praticamente esgotada", frisa o diretor do hospital, Rafael de Aguiar Barbosa.

No dia 20 de setembro, por exemplo, foram detectados dois doadores em potencial. Quatro doentes poderiam ter deixado a fila de espera por um rim, mas nenhum deles pôde sequer sonhar com isso. Todos os órgãos foram perdidos. "Esse escape de doador geralmente acontece porque muito tempo se passa até conseguirmos preparar tudo para o transplante", admite João Batista.

Entre março e junho, 37 doadores com morte encefálica foram notificados pela central de captação, mas apenas 12 tiveram seus órgãos retirados. Criada em dezembro do ano passado, a central, vinculada à Secretaria de Saúde, deveria atuar em todo o DF por meio de uma estratégia que ligaria as redes pública e particular de saúde. Mas até hoje, só capta órgãos no próprio Hospital de Base.

VONTADE POLÍTICA

Seu quadro de funcionários resume-se a uma enfermeira, que traba-

lha 30 horas por semana, e ao médico coordenador que, por atender na unidade de transplante, só pode dedicar duas horas por semana à captação. O presidente da Associação dos Renais Crônicos de Brasília (Arebra), Marinho Romário Valente, ele mesmo um transplantado, é enfático: "Existe estrutura e ela está ociosa".

O Sistema Único de Saúde (SUS) paga em média R\$ 8,4 mil pela cirurgia e mais dez dias de internação. O custo real está próximo dos R\$ 20 mil, completados, no caso do HBDF, pela Secretaria de Saúde. "Infelizmente a rede não pode girar em torno dos transplantados. A doação é mais um dos problemas que precisamos gerenciar", assegura a secretária de Saúde, Maria José Maninha.

"Se colocássemos menos dificuldades e nos empenhássemos mais, a fila de 600 doentes ficaria menor", defende Marinho, para quem é preciso mais vontade política. Um dos nefrologistas do Hospital de Base, Adolfo Henrique Simon, pede o mesmo. Porém ainda mais abrangente. "Não basta voltarmos nossas atenções apenas para o transplante, que equivale a ponta do *iceberg*", explica.